



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3/2021 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SESTIC

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este Termo de Referência é elaborado em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013, Resolução CNJ n. 182/2013 e Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, visando a **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**, por meio de pregão eletrônico, para eventual aquisição de **EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE CÓPIA DE SEGURANÇA (BACKUP) EM DISCO (APPLIANCE)**, para otimização da proteção de dados do TRE-RO, incluindo instalação, configuração, treinamento e garantia, conforme condições, prazos e especificações contidas neste termo de referência.

1.2 Observa, ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral por meio da Resolução TSE n. 23.234/2010.

1.3 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013:

I - Conforme o Documento de Oficialização de Demanda subscrito pelo senhor Secretário da STI (edoc 0493563), os equipamentos e serviços foram enquadrados no conceito de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

II - Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (Art. 6º), não sendo dispensado os estudos preliminares mesmo nos casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação e adesões à ata de registro de preços (art. 12, incisos I, II e III). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12.

III - Os artefatos constantes dos estudos preliminares foram juntados nos eventos 0689835, 0708473, 0708540, 0708579 e 0708584.

2. DO OBJETO

Aquisição de equipamentos especializados em armazenamento (*appliance*) de cópias de segurança (*backup*) em disco com deduplicação, serviços de treinamento, de instalação, configuração, suporte técnico disponível 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) e garantia por 60 meses, nos termos sintetizados no quadro abaixo:

Lote	Item	Descrição sucinta	Quantidade
1	01	Appliance de armazenamento de dados em disco magnético com capacidade de 60 TB com deduplicação.	2
	02	Serviços de instalação, configuração, manutenção, atualizações, garantia e suporte técnico 24x7 por 60 meses para o appliance.	2
	03	Gaveta adicional (módulo de expansão) com capacidade de 60 TB.	2
	04	Serviços de instalação, configuração, manutenção, atualizações, garantia e suporte técnico 24x7 por 60 meses para o módulo de expansão.	2
	05	Treinamento e repasse de conhecimento.	1

2.1 ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES:

Os produtos ofertados na licitação também deverão atender as seguintes exigências, sob pena de não aceitação da proposta. O quadro mostra que há pelo menos 3 (três) fornecedores capazes de atender a essas especificações mínimas, motivo pelo qual não haverá restrição à competitividade do certame:

ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES			
Especificação - requisito mínimo.	Fabricante 1: DELL	Fabricante 2: HP	Fabricante 3: Exagrid

Fazer parte do programa de soluções integradas da VEEAM (Veeam Ready Database na categoria: Integrated).	Atende. Evidência: https://www.veeam.com/ready.html	Atende. Evidência: https://www.veeam.com/ready.html	Atende. Evidência: https://www.veeam.com/ready.html
Possuir capacidade de deduplicação	Atende. Evidência: https://www.veeam.com/kb2660	Atende. Evidência: https://www.veeam.com/kb2660	Atende. Evidência: https://www.veeam.com/kb2660
Protocolos de trabalho, no mín.: NFS	Atende. Evidência: https://www.dellemc.com/fi-fi/collaterals/unauth/data-sheets/products/data-protection/h12927-dellemc-powerprotect-dd-ss.pdf	Atende. Evidência: https://h20195.www2.hp.com/v2/GetPDF.aspx/c04328820.pdf	Atende. Evidência: https://exagrid.com/wp-content/uploads/ExaGrid-Detailed-Product-Description-Data-Sheet.pdf
Suporte ao Oracle RMAN	Atende. Evidência: https://www.dellemc.com/en-us/collaterals/unauth/technical-guides-support-information/products/data-protection/docu97051.pdf	Atende. Evidência: https://buy.hp.com/br/pt/storage/disk-storage-systems/storeonce-systems/storeonce-systems/hpe-storeonce-systems/hpe-storeonce-3640-48tb-system/p/BB955A	Atende. Evidência: https://exagrid.com/resources-wp-this-buyers-guide-to-storage-for-backup/

2.2 DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES:

ITEM 1 - APPLIANCE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM DISCO MAGNÉTICO COM CAPACIDADE DE 60 TB COM DEDUPICAÇÃO:
Equipamento especializado em cópia de segurança com capacidade de 60 TB brutos (aproximadamente 40 Tb úteis) no módulo principal, com possibilidade de expansão de capacidade de armazenamento ou de armazenamento e processamento com capacidade mínima igual ao do módulo principal incluindo suporte, manutenção, assistência técnica e garantia para 60 meses.

I - ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

Equipamento dedicado e especializado para armazenamento de cópias de segurança (*backup*) em disco, com todos os componentes de *hardware*, conectividade e *software* do mesmo fabricante (*appliance*), não sendo admitidos *appliances* virtuais, gateways e/ou outra composição feita exclusivamente para atendimento ao presente edital;

Os *appliances* de backup fornecidos deverão ser compatíveis com o *software* Veeam Backup & Replication versão 9.5 update 4 ou superior;

Os *appliances* fornecidos deverão ser compatíveis e integrados com o protocolo Veeam Data Mover nativamente, que pode ser comprovado por consulta a lista do programa “VEEAM Ready” na categoria *integrated* (<https://www.veeam.com/ready.html>);

Os *appliances* fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, estar em linha de fabricação na data de entrega da proposta, não ter sido descontinuado pelo fabricante ou com previsão oficial fim de linha (*end-of-life*);

Todas os *appliances* de *backup* deverão possuir garantia de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar da data de recebimento definitivo do objeto;

O período de garantia será aferido pelo registro/consulta do produto no sítio do fabricante, que deverá apresentar a data final de cobertura da garantia;

Direito a atualizações e novas versões do software durante a vigência da garantia. Define-se direito de atualização de versão como o direito de realizar todas as atualizações dos softwares que forem disponibilizadas para os softwares e equipamentos que fazem parte da solução;

A manutenção do equipamento deverá ser de responsabilidade do fabricante podendo ser prestada pelo próprio fabricante, por empresa credenciada para tal e/ou pela CONTRATADA, desde que autorizada pela Fabricante;

Possuir assistência técnica, durante a vigência da garantia, contemplando, no mínimo, o serviço de atendimento telefônico gratuito (0800) ou outro similar com as mesmas características, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana (24x7). Esse serviço poderá ser usado para abrir solicitações de informações, reportar incidentes ou esclarecer dúvidas quanto à utilização dos produtos e soluções fornecidos;

Possuir prazo máximo para início do atendimento técnico no próximo dia útil (NBD - Next Business Day), contado a partir da formalização da abertura do chamado técnico;

Deverá possuir tempo máximo de paralisação tolerável do equipamento de 60 (sessenta) horas, contado a partir do início do atendimento técnico.

A licitante deverá comprovar que os itens fornecidos atendem às especificações técnicas elencadas no item a seguir do Edital, através de catálogos, folders ou manuais técnicos do fabricante.

II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Capacidade mínima nativa de armazenamento em disco de 120 Terabytes brutos (aproximadamente 85TB úteis em base 2), se fornecido com módulo de expansão ou aproximadamente 43 Terabytes úteis(Base 2), caso seja fornecido apenas o módulo principal, instalados e licenciados, descontadas todas as perdas com redundâncias (RAID e *Hot-Spares*) e ganhos com compactação e/ou deduplicação, *archiving* e outras tecnologias que possam influenciar na capacidade mínima exigida;

O equipamento ofertado deverá ser expansível a no mínimo 210 TB úteis, não considerando ganhos com deduplicação, *archiving* ou compressão de dados e outras tecnologias que possam influenciar na capacidade exigida;

O equipamento ofertado deve utilizar discos em RAID 6 ou tecnologia que forneça segurança e performance equivalentes ao RAID 6 e em conjunto com área de "Hot-Spare" fornecer proteção dos dados e performance de acordo com as informações técnicas do equipamento disponíveis publicamente;

Caso a Solução não possua "Hot-Spare" ou funcionalidade equivalente. A licitante deverá fornecer um *appliance* extra com as mesmas características do *appliance* original para fins de replicação, garantindo o acesso e a integridade dos dados;

Desempenho nativo mínimo em gravação de 14 TB/h (TeraBytes por hora) em modo NAS com deduplicação e VTL com deduplicação;

Deve incluir software e/ou licenças que possibilitem o aumento do desempenho de tráfego, inclusive WAN para replicação para nuvem;

Deve suportar as seguintes formas de acesso para backup: CIFS/SMB, NFS, OST e VTL (Virtual Tape Library) e compatibilidade com a *library* HP MSL8096.

A solução deverá possuir as funcionalidades de deduplicação e compressão de dados;

A solução deverá permitir replicar dados através de redes TCP/IP (LAN / WAN) para, no mínimo, outro equipamento do mesmo fabricante;

Deve possibilitar a criptografia do tráfego de dados de replicação sem a necessidade de equipamento adicional;

Deve possibilitar a replicação de uma origem para múltiplos destinos (1 para N) e de replicação de múltiplas origens para um destino (N para 1).

A solução ofertada deve suportar nativamente enviar de forma deduplicada e criptografada os dados de backup para um armazenamento em nuvem pública ou privada utilizando-se de políticas internas de movimentação baseadas no tempo de acesso dos dados. O licenciamento desta funcionalidade não faz parte deste certame;

Deve verificar constantemente e automaticamente a integridade lógica dos dados armazenados, de forma nativa, de forma a garantir a consistência de todo o conteúdo, não sendo aceito a customização de scripts e/ou composições construídas exclusivamente para atendimento a esta funcionalidade.

Deverá prover através de interface WEB acesso aos seguintes dados:

- a) Informações dos discos e/ou raid groups;
- b) Informações das interfaces Ethernet;
- c) Utilização da capacidade física e lógica (antes e após deduplicação e compressão);
- d) Taxa de deduplicação dos dados armazenados;
- e) SNMP

Deve ser compatível com os protocolos de rede IPv4 e IPv6;

Dever ter suporte ao monitoramento SNMP.

Deverá possuir capacidade para a detecção de falhas abrangendo auto-monitoração, geração de logs, envio de *e-mails* e geração de *traps* SNMP;

Deverá possuir no mínimo:

- a) 04 portas Ethernet 10Gbps (Base-T);
- b) 04 (quatro) interfaces SFP+ 10 Gb Ethernet
- c) 04 portas FC com conectores LC, bem como seus respectivos GBIC's/SFP's, para dados e gerência e gravação de backups via LAN;

Caso não possibilite a gerência pela interface SFP+, deve possuir interface de gerenciamento 1000BASE-T;

Deverá possuir fontes de alimentação 220V ou bivolt automáticas, redundantes e *hot-pluggable*;

Deve permitir a instalação em rack padrão EIA de 19" devendo vir acompanhado de todas as peças e acessórios (trilhos, suportes, conectores, parafusos, etc.) necessários para fixação;

ITEM 2 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO 24X7 POR 60 MESES PARA O APPLIANCE:

Caberá à CONTRATADA, a partir da solicitação do CONTRATANTE, a prestação do serviço de instalação, configuração, manutenção e atualização de todos os componentes do item 1 deste Termo de Referência;

O equipamento deve ser instalado no *Datacenter* Principal da CONTRATANTE e/ou no site *backup*, e deve contemplar a instalação física e lógica, bem como sua configuração e operacionalização.

Deverá ser apresentado pela CONTRATADA, após solicitação do CONTRATANTE, um CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO de instalação e configuração dos equipamentos. Este item de serviço deverá conter a implantação da solução técnica, incluindo as atividades de instalação dos softwares e equipamentos (Itens 01 e 03), configuração do ambiente para atividades de operação, administração e gerenciamento.

Caberá à CONTRATADA a desembalagem, instalação física, configuração, ativação dos softwares e equipamentos da solução;

Caberá à CONTRATADA a integração dos novos equipamentos à rede LAN/WAN existente no TRE-RO, sem interrupção no funcionamento desta;

Caberá à CONTRATADA a integração com o ambiente de armazenamento do TRE-RO e *switches* existentes, com as devidas configurações de *failover* e *load balance*;

Caberá à CONTRATADA a integração com o ambiente de virtualização do TRE-RO e com o software de *backup* VEEAM além de sua atualização de versão;

Caberá à CONTRATADA a revisão, ajustes de configuração e atualização de versão do software de *backup* VEEAM, e integração com os *appliances* de *backup* em disco, da estratégia de cópias de segurança e replicação de dados com o site *backup* definido pelo CONTRATANTE;

Caberá à CONTRATADA a configuração de alertas e relatórios no equipamento e no ambiente de monitoramento;

Caberá à CONTRATADA a criação dos processos de *backup/restore* bem como na definição das políticas de *backup/restore*, utilizando as melhores práticas, considerando o ambiente de TI do TRE-RO, necessidades e restrições definidas;

Caberá à CONTRATADA a implementação de consultas e relatórios definidos;

Caberá à CONTRATADA a instalação e configuração dos equipamentos para armazenamento de dados em disco (*appliances*) e integração com os servidores de *backup*.

Caberá à CONTRATADA a criação e configuração dos seguintes recursos e funcionalidades:

- a) Repositórios de armazenamento em disco;
- b) Desduplicação;
- c) Replicação;
- d) Integração com os sistemas de banco de dados e sistemas de virtualização;
- e) Políticas de *Backup* e retenção;
- f) Horários de *Backup*, diretórios e arquivos a serem protegidos.
- g) Políticas de *Disaster Recovery* (Recuperação de Desastre);
- h) Perfis para operação do software de *backup/restore*.

Caberá à CONTRATADA a validação e entrega da solução junto à equipe técnica do TRE-RO;

Caberá à CONTRATADA realizar testes de *backup*, replicação e *restore* de dados, a partir das cópias armazenadas no *appliance* de *backup* em disco e nas fitas;

Caberá à CONTRATADA a elaboração e execução de *checklist* para verificação do pleno funcionamento da solução, das configurações realizadas, incluindo a execução dos ajustes necessários para a correção de problemas identificados.

ITEM 3 - GAVETA ADICIONAL (MÓDULO DE EXPANSÃO) COM CAPACIDADE DE 60 TB

O módulo de expansão, se aplicável, deve ser totalmente compatível e integrado nativamente e do mesmo fabricante do equipamento de armazenamento em disco descrito no ITEM 1, permitindo a expansão de sua capacidade útil de armazenamento;

Deverá ser capaz de suportar falhas de até (2) dois discos, devendo ser fornecido com proteção RAID6 e a substituição do disco em falha deve ser feita de forma automática, sem que haja indisponibilidade do equipamento.

Deve ser fornecido com no mínimo um disco “Hot-Spare” para cada RAID 6 group ou gaveta de discos.

Cada módulo deve possuir capacidade de armazenamento de, no mínimo 40TB (quarenta terabytes) úteis, considerando base 2 (1 terabyte igual a 1024 gigabytes), descontadas todas as perdas com redundâncias, paridades e *sparcs* de proteção do arranjo de discos e os ganhos com compactação e desduplicação de dados;

Deve ser fornecido todos os cabos, acessórios e licenciamento de software necessários à instalação do equipamento; Todos os serviços relacionados a instalação e configuração do módulo de expansão devem estar inclusos;

ITEM 4 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO 24X7 POR 60 MESES PARA O MÓDULO DE EXPANSÃO

A CONTRATADA deve garantir que todos os equipamentos, componentes, acessórios e cabos de conexão para interligar fisicamente todos os componentes da solução sejam entregues;

Todas as configurações serão realizadas em conformidade com a recomendação do fabricante dos equipamentos e *softwares* da solução, boas práticas de implementação recomendada pelo fabricante e os requisitos fornecidos pelo CONTRATANTE para o ambiente em questão;

A CONTRATADA deverá prover serviços profissionais do fabricante ou por técnicos certificados pelo fabricante para efetuar, no mínimo, os seguintes serviços:

- a) Instalação física e energização dos equipamentos no RACK;
- b) Ativação de configuração do módulo/gaveta ao *appliance* já existente;
- c) Ativação e configuração das funcionalidades previstas neste edital;
- d) Testes e Validação do ambiente instalado;
- e) Após concluídos os serviços relacionados a instalação, deverão ser realizados testes completos visando a garantia da disponibilidade.

Toda e qualquer despesa relacionada ao transporte, alimentação e hospedagem se necessários para os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, deverá ocorrer por conta da CONTRATADA ou do próprio fabricante, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

Deverão ser realizados demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução fornecida.

ITEM 5 - TREINAMENTO E REPASSE DE CONHECIMENTO

Deverá ser ministrado um treinamento acerca dos produtos especificados nos ITENS 01 e 02.

O treinamento deverá capacitar à equipe do TRE-RO a operar, configurar, administrar e resolver problemas usuais na solução ofertada, englobando todos os componentes da solução composta nos ITENS 01 e 03 deste TR.

O treinamento deverá ser homologado pelo fabricante da solução e ofertado antes do início dos trabalhos de instalação, configuração e migração da solução ofertada, de forma que os analistas e técnicos do TRE-RO possam acompanhar todo o trabalho de implantação da solução com o embasamento técnico necessário para entender as atividades a serem executadas pela CONTRATADA.

O treinamento poderá ser realizado em Porto Velho nas dependências da

CONTRATANTE ou via *on-line* em data a ser definida. Sendo presencial, a preparação do ambiente de treinamento deverá ser realizada em conjunto pelas equipes do contratante e da contratada de forma a garantir a correta configuração e disponibilidade do ambiente de treinamento.

O treinamento deverá abranger tanto a parte teórica dos sistemas que englobam a solução completa de proteção de dados, como também atividades práticas, incluindo laboratórios e simulações em ambiente propício ao treinamento.

O profissional que ministrará o treinamento deverá ser certificado pelo fabricante e possuir pleno conhecimento da arquitetura, configuração, instalação e operação dos componentes da solução implantada. A comprovação da capacitação do instrutor se dará com base na apresentação de certificados dos treinamentos, que deverá ocorrer antes da realização do treinamento.

O treinamento será ministrado a uma turma de até 3 (três) participantes. A composição da turma será de responsabilidade da equipe técnica do TRE-RO.

Os dias e horários de execução dos treinamentos serão acordados com a equipe técnica responsável do TRE-RO.

O treinamento terá carga horária mínima de 20 (vinte) horas, com data e horários a serem marcados em acordo com a equipe técnica do TRE-RO.

A contratada deverá emitir certificado de treinamento, especificando conteúdo abrangido e carga horária correspondente, para todos os participantes da contratante que tenham alcançado no mínimo 75% (setenta e cinco) de presença.

O pagamento dos serviços será realizado após o final do treinamento, recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal e gestor do contrato e apresentação da respectiva fatura/nota fiscal.

O treinamento será dado como concluído após avaliação dos participantes, com preenchimento do documento de avaliação elaborado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE do TRE-RO devendo ser obtida média superior a 70%, do contrário a contratante poderá solicitar a realização de novo treinamento, com a reformulação que achar necessária.

Caso a qualidade do treinamento seja considerada insatisfatória pela maioria simples dos alunos, o contratante poderá exigir que o evento seja refeito, sem quaisquer ônus adicionais.

2.3 REQUISITOS DE SUPORTE:

I - A CONTRATADA e/ou fabricante deverá prover o serviço de suporte e atualização da solução durante o período de vigência do contrato e deverá atender às seguintes premissas:

a) O CONTRATANTE poderá solicitar suporte (abrir chamado) diretamente com o fabricante da solução;

b) chamados ilimitados para o suporte on-line e on-site;

c) deverá ser fornecida uma Central de Atendimento (sítio na Internet, e-mail ou telefone 0800 ou número para ligação local, ou outro similar com as mesmas características, sem custo adicional ao CONTRATANTE, para consultas sobre o andamento do chamado;

d) aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise, durante 24h (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, obrigatoriamente em Português Brasileiro;

e) O suporte on-line (telefone e e-mail) deverá ser disponibilizado de 8h às 12h e de 14h às 18h, 5 (cinco) dias por semana, respeitado os feriados nacionais e finais de semana, obrigatoriamente em Português Brasileiro;

f) em todas as atividades de assistência técnica ou suporte, o atendimento deverá ser feito em língua portuguesa pelos técnicos da CONTRATADA;

f) O suporte *on-line* deverá disponibilizar ferramenta de acesso remoto e proporcionar o referido acesso quando solicitado, mediante autorização do órgão;

g) em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE comunicará expressamente à CONTRATADA, com antecedência de 60 (sessenta) dias;

h) devem ser cumpridos os prazos máximos para resposta aos acionamentos, de acordo com o nível de severidade de cada chamado, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO		Prazo para iniciar o atendimento	Tempo de solução
Urgente	Serviço parado no ambiente de produção	01 (uma) hora	Em até 04 (quatro) horas
Muito importante	Erros ou problemas que impactam o ambiente de produção	02 (duas) horas	Em até 08 (oito) horas
Importante	Problemas contornáveis	04 (quatro) horas	Em até 12 (doze) horas
Relevante	Problemas com serviços não essenciais, que não impactam o	04 (quatro) horas	Em até 24 (vinte e quatro) horas

	negócio do cliente		quatro horas
Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento	04 (quatro) horas	Em até 48 (quarenta e oito) horas

II - O prazo para iniciar o atendimento começa a ser contado a partir da hora do acionamento do suporte, através de telefone ou e-mail;

III - A contagem do prazo de solução se inicia no momento da chegada do técnico de suporte ao local remoto onde está instalado o *appliance* ou a partir da intervenção remota;

IV - Entende-se por término de atendimento a disponibilidade da solução para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalada;

V - Para os casos de solicitação de visita de suporte ou intervenção remota, a CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo a data e hora da solicitação de suporte técnico, o início e o término do atendimento, identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes;

VI - O relatório de visita deverá ser assinado pelo servidor do CONTRATANTE que solicitou o suporte técnico ou outro meio digital;

VII - O nível de severidade será informado pelo CONTRATANTE no momento da abertura de cada chamado;

VIII - O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério do CONTRATANTE. Caso isso ocorra haverá o início de nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

IX - Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA para acompanhamento e controle da execução do serviço e encaminhada uma via para o fiscal do contrato;

X - Para a execução de atendimento, é necessária a autorização do CONTRATANTE para instalação ou desinstalação de quaisquer *softwares* ou equipamentos que não façam parte da Solução de armazenamento de cópias de segurança em disco da CONTRATADA;

XI - A CONTRATADA deve emitir um relatório, apedido da CONTRATANTE, em arquivo eletrônico ou em sistema de consulta online, com informações analíticas e sintéticas dos chamados de suporte técnico abertos e fechados no período solicitado, incluindo:

- Quantidade de ocorrências (chamados) registradas no período;
- Número do chamado registrado e nível de severidade, inclusive aqueles com reabertura;
- Data e hora de abertura;
- Data e hora de início e conclusão do atendimento;
- Identificação do técnico do TRE-RO (CONTRATANTE) que abriu o chamado;
- identificação do técnico da empresa (CONTRATADA) que atendeu ao chamado;
- Descrição do problema;
- Descrição da solução;
- Informações sobre eventuais escalasções;
- Resumo com a lista de chamados concluídos fora do prazo de solução estabelecido;
- Total de chamados no período e o total acumulado desde o início dos atendimentos até a apresentação do relatório.

XII - Não se incluem nos prazos descritos nos itens referentes aos níveis de criticidade, problemas cuja solução dependa de correção de falhas (*bugs*) ou da liberação de novas versões e patches de correção, desde que comprovados pelo fabricante da solução;

XIII - Para esses problemas, a CONTRATADA deverá, nos prazos estabelecidos nos níveis de criticidade, restabelecer o ambiente, através de uma solução paliativa e informar ao CONTRATANTE, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando a solução definitiva será disponibilizada ao CONTRATANTE;

XIV - Esta solução definitiva deverá ser disponibilizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir do chamado aberto pelo CONTRATANTE, no caso da necessidade de criação de um *patch/fix*;

XV - Nos casos em que as manutenções necessitem de paradas da solução, o CONTRATANTE deverá ser imediatamente notificado para que se proceda a aprovação da manutenção, ou para que seja agendada nova data, a ser definida pelo CONTRATANTE, para execução das atividades de manutenção;

XVI - A CONTRATADA deverá realizar o atendimento, sem custo extra ao CONTRATANTE, caso seja necessário agendar uma parada fora do horário de expediente, que é de segunda a sexta das 8h às 18h;

XVII - A CONTRATADA deverá emitir relatórios mensais de todas as intervenções realizadas, preventivas ou corretivas, programadas ou de emergência, ressaltando os fatos importantes e detalhando os pormenores das intervenções, de forma a manter registros completos das ocorrências e subsidiar as decisões do fiscal e do gestor do contrato, caso requeiram;

XVIII - O relatório deverá ser assinado por representante do CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento do serviço, que se obriga a acompanhar a execução das manutenções.

2.4 SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO:

I - O serviço de manutenção e atualização deve ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses e será contado a partir do atesto de instalação e configuração dos equipamentos pela CONTRATADA, independentemente de solicitação, contemplando o direito de atualização de versões, *releases* e *patches* dos equipamentos, sistemas operacionais,

ferramentas de gerenciamento;

II - O acesso para *downloads* de *patches*, *drivers* e quaisquer outras atualizações necessárias, devem estar disponíveis 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), durante todo o período de suporte técnico, e podem ser feitos através de https ou ftp seguro, no sítio do fabricante;

III - O CONTRATANTE deve ter o direito de realizar a atualização do *software* do equipamento (*firmware*) durante todo o período de suporte técnico, por uma versão mais recente quando disponibilizada, e sempre que julgar necessário. As novas versões devem estar disponíveis para *download*, no sítio do fabricante;

IV - Caso seja necessária a utilização de senha para *download* de 'patches', 'drivers' e quaisquer outras atualizações no sítio do fabricante do equipamento, esta deverá ser fornecida diretamente ao CONTRATANTE, durante todo o período de manutenção;

V - O registro da licença de atualização, junto ao fabricante, deve ser feito em nome do CONTRATANTE, durante todo o período de manutenção.

VI - Além da atualização de versões dos softwares, os serviços do fabricante deverão ser complementados pela CONTRATADA com o suporte técnico *on-site*, visando assegurar um melhor desempenho/performance da solução.

VII - Deverá ser comprovada a existência da assistência técnica na modalidade *on-site*, devendo essa ser comprovada através da apresentação de declaração assinada expressa do fabricante dos equipamentos, indicando a referida assistência técnica que será responsável pelo atendimento e manutenção durante o período de garantia dos produtos ofertados.

2.5 GARANTIA

I - ITENS 01 E 03: Garantia de 60 meses diretamente pelo fabricante do *appliance* e do módulo adicional. O acesso para *downloads* de *patches*, *drivers* e quaisquer outras atualizações necessárias devem estar disponíveis 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), durante todo o período de garantia técnica, e podem ser feitos através de http ou ftp, no sítio do fabricante.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 DA DEMANDA:

Como já registrado item 2 da ANÁLISE DE VIABILIDADE (evento 0708473), para reestruturação do Centro de Dados, a STIC tem investido na aquisição de novos equipamentos e tecnologias, visando a renovação e modernização do parque tecnológico do centro de dados, tomando por base as boas práticas adotadas pelo mercado. Nesse sentido, foram adquiridos novos servidores, softwares de virtualização computacional, de armazenamento e de redes, que em conjunto possibilitaram o TRE-RO possuir um SDDC - Data Center Definido por *Software* (do inglês *Software-Defined Data Center*).

Modernizado o processamento e armazenamento do Centro de Dados, fez-se necessário a modernização da solução de cópia de segurança de dados (*Backup*). Em 2017 foi iniciado a melhoria do ambiente de cópia de segurança com **aquisição do software de backup VEEAM** que fora implantado se utilizando dos recursos que foram descontinuados e estavam disponíveis após a modernização do centro de dados, no caso utilizamos uma plataforma de cópia de segurança em fita. **Ocorre que estes recursos se encontram fora do período de garantia, com ao menos 05 anos de uso e apresentando algumas falhas que até o momento não afetaram sua performance ou funcionamento, mas já demonstram a proximidade de fim da sua vida útil.**

Importante ressaltar, também, que a capacidade atual de armazenamento destes equipamentos utilizados como repositórios de *backup* é insuficiente para o volume de dados a ser salvaguardado, lembrando que o Pje está pleno uso, tanto na capital como no interior, de forma que foi necessário a priorização das rotinas de cópias de segurança, desativando as com menor prioridade e utilizando *backup* alternativos para os dados descobertos. **Outro fato em desfavor ao ambiente atual de cópias de segurança, baseado em fita LTO4** (para se ter uma noção da defasagem de nossa solução, a versão mais nova é a **LTO 9**), é bastante lenta, em comparação com novas soluções disponíveis para processo de cópia de segurança e de restauração de dados, além de não possuir a mesma escalabilidade das soluções atuais.

Assim, para finalizar o ciclo de modernização, **pretende-se com esta contratação substituir a atual plataforma de backup em fitas convencional para uma solução que utiliza modernas tecnologias de cópias de segurança em discos magnéticos**. A solução pleiteada, apesar de não possuir a mobilidade das fitas, tem maior durabilidade, escalabilidade e confiabilidade, além de maiores velocidades de transferência de dados e armazenamento, dentre muitos outros benefícios possíveis com a abstração da virtualização. Pretende-se adquirir 2 conjuntos dessa solução com objetivo de prover redundância para a solução.

3.2 DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA - DSA - *Deduplicating storage appliances*:

A justificativa para a solução escolhida está registrada no item 4 da ANÁLISE DE VIABILIDADE (evento 0708473), é pode ser resumida pelas funcionalidades próprias e capacidade de crescimento modular.

3.3 JUSTIFICATIVA DOS ITENS ESPECÍFICOS DE EQUIPAMENTOS:

ITEM 1 - APPLIANCE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM DISCO MAGNÉTICO COM CAPACIDADE DE 60 TB COM DEDUPLICAÇÃO: O TRE adquiriu em 2015 o software de backup VEEAM para melhoria no processamento das cópias de segurança da instituição. O fabricante do *software* vem continuamente melhorando o produto e, uma dessas melhorias é a capacidade de integração com equipamentos especializados em tratamento de cópias de segurança em disco (*appliance*). Busca-se, assim, aprimorar o desempenho do conjunto *hardware* e software (VEEAM) das cópias de segurança e ganho de desempenho no processo de restauração de dados, bem como adicionar novas capacidades de proteção aos dados de *backup* do TRE-RO.

ITEM 2 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO 24X7 POR 60 MESES PARA O APPLIANCE: Serviço técnico para o qual o contratante não possui pessoal

especializado e, ademais, sempre prestado pelo fornecedor do equipamento.

ITEM 3 - GAVETA ADICIONAL (MÓDULO DE EXPANSÃO) COM CAPACIDADE DE 60 TB: Conforme informações do SEI 0000774-70, (0510524) o TRE-RO alterou a rede elétrica para 220V e, portanto, os novos equipamentos deverão atender essa diretriz.

ITEM 4 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO 24X7 POR 60 MESES PARA O MÓDULO DE EXPANSÃO: Serviço técnico para o qual o contratante não possui pessoal especializado e, ademais, sempre prestado pelo fornecedor do equipamento.

ITEM 5 - TREINAMENTO E REPASSE DE CONHECIMENTO: Imprescindível para capacitar à equipe do TRE-RO a operar, configurar, administrar e resolver problemas usuais na solução ofertada, englobando todos os componentes da solução composta nos ITENS 01 e 03 des TR.

4. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1 Planejamento Estratégico do TRE-RO (2021/2026), Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026 e plano de contratações de TIC 2021:

I - Como uma das principais perspectivas de atuação para alcance dos macrodesafios para aplicação do Planejamento Estratégico do TRE-RO (2021/2026), com relação aos Processos Internos, foi estabelecido o macrodesafio Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados de TI, que tem entre seus indicadores o "Índice de serviços críticos com gestão de risco e dentre as iniciativas estratégicas "Melhorar a gestão de riscos estratégicos".

II - Pode-se ressaltar ainda o alinhamento da solução com os objetivos definidos pela Resolução CNJ n. 370/2021, que estabelece Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026, a saber:

Art. 2º A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário é orientada em seu preâmbulo pelos objetivos dos seguintes componentes:

I - Objetivos estratégicos, distribuídos em três perspectivas:

c) Processos Internos:

Objetivo 7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados;

III - A solução em tela, portanto, tem por objetivo o cumprimento de premissas estratégicas para a Justiça Eleitoral, contribuindo para o alcance dos macrodesafios propostos. Além disso, a demanda também está prevista no plano de contratações de TIC 2021, sob a identificação 2021-P01, descrita como infraestrutura de armazenamento da informação - equipamentos e serviços para backup em disco - evento 0527334 do PSEI 0001040-57.2020.6.22.8000.

4.2 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.2.1 O novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades. Na mesma linha, há determinação contida no artigo 17, inciso IV, da Resolução CNJ n. 201/2015.

4.2.2 Para cumprimento dessas normas, a **SOLUÇÃO DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS:**

I - Equipamentos componentes da solução devem possuir comprovação técnica relacionado ao uso otimizado de energia elétrica;

II - Os bens não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTImPOG n. 01/2010);

a. O atendimento dos requisitos contidos no item I e II acima, será analisado pelos membros técnicos da Equipe de Planejamento, em apoio ao Pregoeiro, que se pronunciará de forma conclusiva;

III - Os Manuais e demais informações técnicas deverão ser apresentados em mídias digitais, salvo impossibilidade técnica justificada. Essa obrigação será observada pela fiscalização durante a execução do contrato.

4.2.3 INSCRIÇÃO DO FABRICANTE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA: Embora se trate de solução integrada por bens classificados como de informática, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Códigos 5-4 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013 - que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981, em princípio deveria ser exigido dos fabricantes dos produtos ofertados a comprovação de inscrição regular e válida no referido cadastro.

Ocorre que, após consulta, **verificou-se que NÃO há fabricantes desses equipamentos inscritos nesse banco de dados.** Embora a Administração do TRE-RO esteja comprometida com o estabelecimento de critérios sustentáveis em suas contratações, forçoso reconhecer que a exigência dessa obrigação levará à inegável restrição de competitividade. Assim, de forma justificada, não será exigida essa obrigação, situação que, por sua vez, não distoa da posição adotada que vem adotando o TCU em sua jurisprudência sobre o assunto, tal como no TC 003.405/2010-09, *verbis*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar com empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e

reduzidas ofertas de produtos.

4.2.4 LOGÍSTICA REVERSA: Nos termos do art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, são obrigados a estruturar e implementar SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Esse dispositivo legal foi regulamentado pelo **Decreto Federal n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020**, que disciplinou em âmbito nacional a implementação de sistema de logística reversa de **produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico**.

Embora tenha incluído materiais de TIC no rol de bens que cosnta de seu Anexo I, em seu artigo art. 5º a referida norma estabeleceu expressamente que **NÃO** constituem seu objeto: "**produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso não doméstico, incluídos os produtos de uso corporativo e os produtos utilizados em processos produtivos por usuários profissionais.**"

Sem entrar no mérito das novas regras, tem-se que a exigência de logística reversa para esses equipamentos adquiridos pela Administração poderá ser objeto de questionamentos e impugnações pelos licitantes **Em conclusão, não será exigida a logística reversa obrigatória para os equipamentos.**

Contudo, como a Administração do TRE-RO vem exigindo dos próprios licitantes, na ausência de procedimento eficaz dos fabricantes, o cumprimento dessa operação **nada impede que os licitantes possam, de forma espontânea, se comprometerem a realizá-la, desde que se manifestem expressamente no chat, quando da fase de aceitação de propostas.**

5. DO VALOR ESTIMADO

I - O valor estimado dos produtos e serviços que compreendem o objeto deste termo de referência é de R\$ 2.322.603,75 (Dois milhões trezentos e vinte e dois mil e seiscentos e três reais e setenta e cinco centavos) conforme quadro resumido abaixo:

Quadros com os preços obtidos e fontes de pesquisadas		
Cotações Obtidas		
Empresa	Evento sei	valor
Seprol	0708811	R\$ 2.601.707,96
M8 Promocao de Negocios	0730259	R\$ 2.043.499,54
Preços obtidos de outras fontes		
Não disponível		
Média de preço		R\$ 2.322.603,75

II - A Informação conclusiva do valor estimado, que detalha todos os preços pesquisados e os critérios adotados para a definição da estimativa encontra-se juntada no evento 0731511.

5.1 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO:

I - A despesa com o objeto especificado neste Termo de Referência foi programada/contemplada parcialmente no Orçamento Anual do exercício de 2021, conforme dados do SIGEPRO e informado no quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA E ENQUADRAMENTO DA DESPESA	
Item	Fonte Orçamentária
01	Categoria (tipo de orçamento): Ordinário Agregador: Reparelhamento Despesa Agregada: Equipamentos de Informática Plano Interno: AREA INFORM Valor previsto no orçamento de 2021:

II - Contudo, tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade de indicação da dotação orçamentária neste momento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013).

6. FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

I - Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

II - As contratações de **forma parcelada**, de acordo com as prioridades do órgão, não causará prejuízo ao atendimento da demanda registrada no DOD. Até porque os itens são divisíveis e não há, neste momento, dotação orçamentária para a aquisição integral da solução.

III - Conforme registrado na Estratégia para Contratação (edoc n. 0708579) o registro de preços possibilitará que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada dentro do período de vigência da ARP, garantindo melhor planejamento por parte da STI para execução das atualizações, instalações, migrações e configurações necessárias para o perfeito funcionamento destas. Garante, ainda que na falta de orçamento, as aquisições restantes sejam realizadas com orçamento do exercício financeiro de 2022.

IV - A situação aqui descrita amolda-se à hipótese de adoção do SRP na forma do art. 3º, II, do Decreto n. 7892/2013.

6.2 DIVULGAÇÃO DA "IRP"

I - Conforme também registrado na Estratégia para Contratação (edoc n. 0708579), os produtos e serviços desta solução são de uso corrente na Administração Pública, embora não seja raro que cada órgão busque em suas aquisições especificações formatadas a sua realidade, o que leva a uma diversificação bastante grande de soluções.

Contudo, havendo a POSSIBILIDADE de que a solução buscada no certame possa atender a outros órgãos da Administração pública, a Equipe de Planejamento se manifesta pela DIVULGAÇÃO da intenção de registro de preços (IRP) porque a ampliação do objeto poderá levar a preços mais competitivos no certame, contribuindo para a vantagem da proposta para a Administração. Essa medida poderá **contribuir no preço final contratado em razão da economia em escala**.

II - No caso de outros órgãos manifestarem interesse no registro de preços - **no novo prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto n. 9.488/2018** - deverão encaminhar as seguintes informações mínimas, sob pena de não deferimento:

- a) quantitativo total para os itens do Lote único;
- b) cronograma de aquisição;
- c) endereço completo do local de entrega;
- d) responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

III - Com relação aos quantitativos, considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, as solicitações de adesão aos itens cujo quantitativo mínimo seja inferior a 100% (cem por cento) do estipulado neste TR.

6.3 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Pela mesma razão da divulgação da IRP, ou seja, a POSSIBILIDADE de que a solução buscada no certame possa atender a outros órgãos da Administração pública, a Equipe de Planejamento também se manifesta pela permissão de adesões pelos órgãos não participantes na futura ata de registro de preços do certame. Da mesma forma, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção potencial de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

VI - Para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

7. DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se de produtos e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste TR e pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado especializado. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por lote, na forma de fornecimento**, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002.

II - Para a seleção da proposta mais vantajosa, sugere-se que seja adotado o modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

7.2 JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO:

I - Trata-se de uma solução composta por equipamentos e serviços. Contudo, não é recomendável a aquisição dos itens em separado. Isso porque, a solução demanda treinamento e suporte técnico de todos os produtos que integram o lote único. A divisão em itens não seria racional porque pode haver diversos vencedores na licitação. Seria celebrado contrato com cada um deles, pulverizando os **custos dos serviços** de suporte, manutenção e treinamento. Certamente essa situação vai de encontro ao princípio da **proposta mais vantajosa**, porque os licitantes terão, **NECESSARIAMENTE**, que incluir esse MESMO custo para prestação dos serviços fracionados cotados em suas propostas individuais.

II - Além disso, a fragmentação de contratos não contribuirá para a solução. Isso porque poderá haver um fornecedor para a atualização e suporte técnico, com o treinamento por outro. Essa situação é indesejada porque certamente levará a conflitos de responsabilidade, como já se observou em outras contratações.

III - Por fim, deve-se destacar também a racionalidade e a economia obtida com a gestão de um único contrato. Todos esses fatores reunidos, justificam o agrupamento de acordo com a Súmula 247 do TCU.

7.3 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

I - Há itens de natureza divisível com valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Contudo, em função das razões expostas no item anterior (agrupamento), é inaplicável as regras do art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, que estabelece a destinação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens/lotes compostos por bens divisíveis.

II - Por sua vez, o item 5 do Lote único possuem valor inferior a esse patamar. Porém, no entendimento desta equipe de planejamento esse item **NÃO** deve ser destinado exclusivamente à participação das ME/EPP'S, na forma prevista no art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015. Isso porque se trata de **solução única** que deverá ser adjudicada também a único fornecedor, também de acordo com exposto na justificativa do agrupamento, situação que se amolda à exceção disciplinada no art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 no Art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015.

III - As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

7.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A proposta deverá conter cotação de preço **unitário e total para cada item que compõe o lote**, expresso em reais, incluídas todas as despesas relativas ao funcionamento dos produtos, como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em hardware e software, atualização e demais encargos pertinentes, tais como: todos os custos de materiais e serviços definidos neste TR, abrangendo, mão de obra, encargos sociais e tributários decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes, enfim, tudo quanto for necessário para garantir a execução e qualidade dos produtos e serviços propostos;

II - A proposta da licitante deverá vir acompanhada de documentação técnica que comprove o atendimento de todos os requisitos deste termo de referência. Para tal, deverá ser indicado na proposta comercial os **part number(s) referente(s) a cada equipamento**, softwares fornecidos, licenças de uso e garantia do produto, **sob pena de desclassificação**.

Adicionalmente, a licitante deverá indicar, ponto a ponto, qual seção da documentação técnica comprova o atendimento de cada requisito e conformidade do material proposto com a especificação exigida deste termo de referência, evitando a pura transcrição do disposto neste Termo de Referência para a proposta;

III - MODELO PADRÃO DA PROPOSTA: Sob pena de não recebimento da proposta, as licitantes deverão apresentar suas propostas por meio do **modelo padrão** definido adiante, devidamente preenchido e assinado, o qual poderá ser acrescido com outros elementos/documentos considerados importantes pelo proponente. O MODELO PADRÃO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES deverão ser apresentados **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão do pregão eletrônico:

Timbre da empresa (opcional)									
Pregão Eletrônico SRP n. ____/21				Razão social da licitante:					
				CNPJ:					
				Endereço completo:					
				Telefones:					
				E-mail:					
				Dados bancários:					
				Banco: Ag: C/C:					
Lote	Item	Descrição	Prazo de suporte/garantia (mínimo de 60 meses)	Part Number (indicar todos)	Qtde. Estimada	Valor Unitário	Valor total	Valor total de	

				todos, se mais de um)	Estimada	R\$	RS	uo Lote
1	1	Appliance de armazenamento de dados em disco magnético com capacidade de 60 TB com deduplicação.			2			
	2	Serviços de instalação, configuração, manutenção, atualizações, garantia e suporte técnico 24x7 por 60 meses para o appliance.			2			
	3	Gaveta adicional (módulo de expansão) com capacidade de 60 TB.			2			
	4	Serviços de instalação, configuração, manutenção, atualizações, garantia e suporte técnico 24x7 por 60 meses para o módulo de expansão			2			
	5	Treinamento e repasse de conhecimento	Não se aplica		1			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)

I - Para os itens 2 e 4: A licitante **DECLARA, de forma irretratável**, que todos os *serviços de suporte, manutenção e garantia* ofertados possuem vigência mínima de 60 (sessenta) meses.

II - A licitante anexou no sistema, junto com a proposta de preços, TODA a documentação técnica que comprova o atendimento de todos os requisitos do objeto do edital. Também está indicando na proposta comercial os **part number(s) referente(s) a cada equipamento**, softwares fornecidos, licenças de uso e garantia do produto, **sob pena de desclassificação**.

III - A licitante também está indicando abaixo, ponto a ponto, qual seção da documentação técnica comprova o atendimento de cada requisito e conformidade do material proposto com a especificação pelo edital. **ATENÇÃO:** Evitar a pura transcrição do disposto no Termo de Referência para a proposta:

Indicação:

Prazo mínimo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

LOCAL E DATA.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

V - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos nesta seção;

VI - O preço estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo Pregoeiro para o julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

VII - Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço global para o lote único, observados os valores máximos estimados para cada item que compõem o lote.

7.5 HABILITAÇÃO:

7.5.1 Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados do de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

7.5.2 Habilitação fiscal e trabalhista: apresentar regularidade fiscal no INSS, Receita Federal e Trabalhista, podendo tais comprovações serem obtidas diretamente por consulta ao SICAF, sem prejuízo das consultas que serão

realizadas diretamente pelo Pregoeiro referentes ao CNJ, CEI e TCU.

7.5.3 Qualificação econômica-financeira: A licitante deverá apresentar **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

7.5.4 Habilitação técnica:

I - A licitante deverá apresentar, no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove sua aptidão **no fornecimento de equipamentos especificados nos itens 1 e 3 e na prestação de serviços especificados nos itens 2 e 4, todos pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com aqueles definidos pelo edital** e que deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome ou razão social, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Descrição do escopo dos serviços prestados para aferição da compatibilidade do objeto;
- c) Nome ou razão social da empresa que prestou o serviço ao emitente;
- d) Data de emissão do atestado ou da certidão;
- e) Assinatura e identificação do signatário (nome, matrícula, telefone, cargo e função que exerce na empresa emitente).

II - **Possibilidade de soma dos atestados:** Os licitantes poderão somar os quantitativos de serviços descritos nos atestados de capacidade técnica-operacional **desde que os serviços tenham sido prestados em períodos concomitantes**;

III - A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93;

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no **Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019**, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado;

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013);

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União;

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9. CONTRATO

9.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

I - Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato (isso porque todos os itens possuem obrigações futuras), adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

II - No ato da assinatura do contrato a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a compromissária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.**

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (*link*) para que a compromissária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-RO.

IV - Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a compromissária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

V - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela compromissária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

VI - Com a assinatura do contrato a CONTRATADA se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena de aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

VII - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

VIII - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

IX - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.2 PRAZO DE VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, REAJUSTE, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO DO CONTRATO:

9.2.1 Prazo de vigência e prorrogação:

I - Todos os itens possuem obrigações futuras. Os itens 3 e 4, possuem obrigações de manutenção, atualizações, garantia e suporte técnico em relação aos itens 1 e 3, de no mínimo 60 (sessenta) meses, motivo pelo qual entende-se obrigatória a formalização de contrato.

II - Em relação ao treinamento do item 5, embora não tenha esse mesmo prazo, ele poderá integrar o contrato com um item autônomo do objeto contratual, exaurindo-se tão logo sejam prestado os serviços na forma e condições previstas na obrigação.

III - Esse entendimento foi inclusive alvo de resenha elaborada pelo TCU: "A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexistência, conforme preconizado no art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

IV - De acordo com a definição apresentada no art. 15 da Instrução Normativa n. 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

"Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional".

V - Assim, não existe um rol taxativo de serviços que devem ser caracterizados como continuados, haja vista a necessidade de analisar o contexto fático de cada contratação, a fim de verificar o preenchimento ou não das características elencadas. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do **desenvolvimento habitual** das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público. Além disso, conforme registrado no item edoc. da Análise de Viabilidade (0708473) como uma das principais perspectivas de atuação para alcance dos macrodesafios para aplicação do Planejamento Estratégico do TRE-RO (2021/2026), com relação aos Processos Internos, foi estabelecido o macrodesafio Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados de TI, que tem entre seus indicadores o "Índice de serviços críticos com gestão de risco e dentre as iniciativas estratégicas "Melhorar a gestão de riscos estratégicos".

VI - Nesses termos, é possível concluir que o objeto, por suas especificações e peculiaridades, compreende também um **serviço continuado**, pois tem caráter essencial e deve ser prestado de forma permanente ao longo do tempo.

VII - O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses direto, contados da assinatura do contato, na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

9.2.2 Reajuste de preços:

I - Não se aplica regra de reajuste porque os serviços serão pagos após o término de sua execução regular (instalação e treinamento), embora contenham obrigações futuras.

9.2.3 Alterações do bojoeto:

I - Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

9.2.4 Reequilíbrio:

I - Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

9.3 PRAZOS DE ENTREGA:

Os equipamentos deverão ser entregues nas dependências do TRE-RO, localizado na Av. Pres. Dutra, 1889, Baixa da união, CEP 76805-859, Porto Velho/RO, em horário comercial e em dias úteis.

I - Prazo de entrega, itens 01 e 03: 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.

II -Prazo de entrega, conclusão da instalação dos serviços dos itens 02 e 04: De acordo o CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO de instalação e configuração dos equipamentos, entregue e aprovado pelo contratante, no qual deverá conter a implantação da solução técnica, incluindo as atividades de instalação dos softwares e equipamentos (Itens 01 e 03), configuração do ambiente para atividades de operação, administração e gerenciamento.

III - Prazo de entrega do item 5: Os serviços de treinamento deverão ser entregues dentro do prazo definido e acordado entre contratante e contratado.

9.4 GARANTIA CONTRATUAL:

a) Segundo Marçal:

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais)."

b) Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados pela prestação ou paralisação dos serviços pela CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

c) A CONTRATADA deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

c1) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

c2) Seguro-garantia;

c3) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 - TCU - Plenário).

d) A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a aplicação de sanções e a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não.

e) A garantia, ou a parte remanescente, será devolvida à CONTRATA após o cumprimento integral das obrigações contratuais a seu encargo.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Requisitar o fornecimento dos itens que integram a solução após a assinatura do contrato e entrega de Nota de Empenho à CONTRATADA. A requisição dar-se-á conforme a existência de recursos orçamentários disponíveis;

b) Atestar e **receber de forma provisória**, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a entrega dos produtos e serviços dos itens 1 a 4, que só pode ser realizada após a fase dos testes exigidos, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Seção de Segurança de Tecnologia da Informação (SESTIC) do TRE-RO;

b1) Atestar a qualidade do treinamento do item 5 após avaliação dos participantes, com preenchimento do documento de avaliação, na forma definida neste termo de referência, podendo exigir que o evento seja refeito, sem quaisquer ônus adicionais;

b2) O recebimento provisório não implica sua aceitação.

c) Recusar e devolver os produtos e serviços mediante emissão de Termo de Recusa pelo fiscal e gestor do contrato, do qual deverá explicitar a razão da recusa, nos seguintes casos:

c1) em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência, na proposta da CONTRATADA e no contrato;

c2) que se apresentarem com quaisquer vícios de qualidade, impropriedades para o uso ou estarem em desacordo com o ambiente do TRE-RO.

d) **Receber de forma definitivas os produtos e serviços**, após a verificação técnica do cumprimento de suas especificações, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Equipamentos emitido pela **Seção de Segurança de Tecnologia da Informação (SESTIC) do TRE-RO**.

10.1.1 PAGAMENTO:

a) Realizar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, desde que satisfeitas as seguintes condições:

1. Recebimento definitivo do equipamento pela **Seção de Segurança de Tecnologia da Informação (SESTIC) do TRE-RO**
2. Apresentação da nota fiscal pelo Contratado à área técnica responsável (gestor do contrato);
3. Os serviços de instalação, garantia e suporte só serão pagos após instalação, configuração e perfeito funcionamento do equipamento além do fiel cumprimento das atividades descritas no Item 2;
4. Em relação ao **treinamento**, o pagamento será realizado no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, após sua conclusão, avaliação e atestação, na forma definida neste termo de referência.

b) JUSTIFICATIVA PARA O PAGAMENTO ANTECIPADO DOS SERVIÇOS AGREGADOS DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO DOS EQUIPAMENTOS: É aplicável o pagamento antecipado dos serviços porque:

I - Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àquelas do setor privado, sendo a regra do mercado o pagamento antecipado tão logo iniciada a prestação dos serviços pela contratada;

II - Os serviços serão efetivamente prestados porque atrelados aos equipamentos instalados no TRE-RO, não ocorrendo, portanto, as vedações registradas no Acórdão TCU n. 2569/2018-Plenário.

c) Aos pagamentos serão realizadas as retenções legais.

d) No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho;

e) Nenhum pagamento será efetuado à futura CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações serem descontados de pagamentos devidos à futura CONTRATADA;

f) Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) I}{365} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

g) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, neste TR, no edital e em sua proposta;

b) Entregar os equipamentos e prestar os serviços, inclusive de atualização e suporte, conforme as especificações, prazo e condições constante no edital e anexos;

c) Treinar, na forma definida neste TR, e emitir certificados a todos os participantes da CONTRATANTE que tenham alcançado no mínimo 75% (setenta e cinco) de presença;

d) Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento do Termo de Recusa, qualquer equipamento que apresente problema no momento da instalação;

e) Elaborar e executar *checklist* para verificação do pleno funcionamento da solução e das configurações realizadas e executar os ajustes necessários para a correção de problemas identificados;

f) Refazer o treinamento, sem quaisquer custos adicionais, caso sua qualidade seja considerada insatisfatória pela maioria simples dos alunos, na forma definida neste TR;

g) Garantir como "segredos comerciais e confidenciais" quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, obtidas em razão da prestação dos serviços, utilizando-os apenas para as finalidades previstas neste instrumento, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros, sob pena das sanções aplicáveis;

h) Entregar as notas fiscais, preferencialmente na via eletrônica, no endereço de e-mail contratosti@tre-ro.jus.br, não sendo possível o envio eletrônico, as notas fiscais físicas poderão ser protocoladas no TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União, Porto Velho/RO - CEP 76.805-901;

i) Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

j) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE/RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges,

companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

K) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

l) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

m) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

n) Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as demais obrigações legais e regulamentares aplicáveis à execução dos serviços.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

11.2 Consoante os Arts. 7º da Lei n. 10.520/2002 e 86 da Lei n. 8.666/93, o descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória de acordo com os percentuais definidos no quadro adiante:

Evento	Penalidades
Atraso na entrega ou substituição de equipamento recusado pela fiscalização do contrato	0,02% sobre o valor do produto não entregue ou substituído, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias; Atrasos superiores aos limites previstos: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Descumprir os prazos previstos em CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO aprovado pelo contratante para início ou conclusão dos serviços	0,05% sobre o valor dos serviços inadimplidos, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias; Atrasos superiores aos limites previstos: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Descumprir os prazos acordados com o contratante para o início e execução do treinamento	0,05% sobre o valor dos serviços inadimplidos, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias; Atrasos superiores aos limites previstos: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Atraso no atendimento do suporte técnico OU no envio do técnico para atendimento do chamado, por hora de atraso	Urgente: 0,03% sobre o valor do contrato, limitado a 4 (quatro) horas; Muito importante: 0,03% sobre o valor do contrato, limitado a 8 (oito) horas; Importante e relevante: 0,02% sobre o valor do contrato, limitado a 12 (doze) horas; Informação: 0,01% sobre o valor do contrato, limitado a 24 (vinte e quatro) hora; Atrasos superiores aos limites previstos: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a

	inexecução parcial do contrato.
Deixar de cumprir algum dos itens constantes do suporte técnico definidos no item 2.3 - Requisitos de Suporte, do Termo de Referência) no período específico de 12 (doze) meses.	0,02% sobre o valor do contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias. Atrasos superiores aos limites previstos: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Manter empregado sem qualificação para executar serviços contratados, por ocorrência.	0,03% sobre o valor do contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 03 (três) ocorrências. Ocorrências superiores ao limite previsto: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Atraso no envio do técnico para atendimento do chamado ou de acesso remoto ao ambiente, por hora de atraso.	0,01% sobre o valor do contrato, limitada sua aplicação a 24 horas. Ocorrências superiores ao limite previsto: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Chamado que não seja totalmente resolvido em 60 (sessenta) dias corridos, ressalvado o disposto no item 2.3.IXIV deste termo de referência.	0,02% sobre o valor do contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias; Ocorrências superiores ao limite previsto: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por ocorrência.	0,03% sobre o valor mensal da parcela, limitada sua aplicação até o máximo de 15 (quinze) dias. Ocorrências superiores ao limite previsto: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Deixar de informar à seguradora ou fiador sobre qualquer alteração contratual que implique sua cobertura pela garantia contratual apresentada.	0,02% sobre o valor da garantia contratual, e o dver de apresentação de nova garantia idônea.
Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas no edital ou no contrato e não elencada nesta tabela de multas, por ocorrência.	0,03% sobre o valor do contrato ou, sendo possível, sobre o valor da obrigação inadimplente, limitada sua aplicação até o máximo de 03 (três) ocorrências. Ocorrências superiores ao limite previsto: Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
Deixar de cumprir quaisquer das	

obrigações previstas no neste TR, no edital e no contrato, e não elencada nesta tabela de multas, após a terceira ocorrência formalmente notificada pelo fiscal técnico do contrato.	0,05% sobre o valor do contrato ou, sendo possível, sobre o valor da obrigação inadimplente. Além da aplicação da multa correspondente poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.
--	---

11.3 Nas hipóteses de inexecução parcial ou total injustificada das obrigações estipuladas neste termo de referência e no futuro contratop, com fundamento no Artigo 87 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

I - O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

II - O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à CONTRATADA, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

III - No caso do valor do crédito a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

IV - Caso a CONTRATADA não tenha créditos a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

V - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste PB, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União.

VI - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 - Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

VII - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

VIII - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO - CAI2.

IX - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE.

X - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN TRE-RO n. 004/08, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A gestão do contrato ficará a cargo do coordenador de segurança e infraestrutura e comunicação (COSEIC), ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

12.2 A fiscalização do contrato a cargo do chefe da seção segurança da informação (SESTIC), ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

13. DA RESPONSABILIDADE PELOS ELEMENTOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1 A responsabilidade pelos estudos e dados técnicos que compõem os estudos preliminares juntados nos eventos 0689835, 0708473, 0708540, 0708579 e 0708584, como também, a estimativa de preços (0731511) e todos os elementos técnicos que integram o objeto deste termo de referência são de responsabilidade dos membros técnicos da equipe de planejamento.

13.2 RESPONSABILIDADE DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: Atribuição prevista no art. 5º da Resolução CNJ 182/2013, consistente em verificar se os

aspectos administrativos da contratação constam nos documentos produzidos durante as fases do planejamento para fundamentar as decisões das demais áreas do órgão envolvidas no processo administrativo de contratação e também a adequação da minuta do TR elaborada pela equipe técnica com a legislação aplicável às licitações e contratações públicas.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assistente de Gabinete**, em 08/09/2021, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE TEIXEIRA, Chefe de Seção**, em 09/09/2021, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN CARLOS ALVES DOS ANJOS, Chefe de Seção**, em 09/09/2021, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0731705** e o código CRC **DEC5207B**.